

# AS COMUNISTAS E O FEMINISMO

Maria Rosa Dória Ribeiro<sup>1</sup>

As divergências do movimento de mulheres em São Paulo na segunda metade dos anos 1970, quando despontava o *feminismo*, traduziam-se resumidamente na controvérsia das *questões gerais versus questões específicas*. Tal polêmica teve lugar e expressão principalmente nos Congressos da Mulher Paulista e na divulgação do movimento por meio da mídia.

Entendia-se por questões gerais tudo o que dissesse respeito aos problemas estruturais e conjunturais da realidade brasileira. Assim, nessa categoria, encaixavam-se as lutas contra a ditadura, contra as desigualdades sociais, contra o elevado custo de vida, contra o arrocho salarial, contra o descaso do poder público com a saúde e a educação, entre outras.

Nessa perspectiva, as reivindicações que se estabeleciam iam muito além dos problemas de gênero. Estavam fundamentadas em uma compreensão de injustiça múltipla e abrangente que, entretanto, privilegiava o viés econômico. Embora os aspectos social, político e cultural estivessem contemplados, esses eram subordinados ao econômico. Nesse sentido, os problemas que as mulheres enfrentavam as atingiam na condição de trabalhadoras na economia capitalista, de donas de casa pertencentes ao proletariado, de mães de família da periferia na sociedade de classes, de provedoras em famílias monoparentais etc. E as soluções vislumbradas faziam construir uma plataforma que tinha como referência o socialismo. Para essa compreensão, o *peçoal* ainda não havia se transformado em *política*.

Já as questões específicas colocavam o foco nos problemas que atingiam as mulheres em especial. Assim sendo, embora não desprezassem nenhum dos demais aspectos, nem deixassem de dar importância ao econômico, enfatizavam a inferioridade da mulher na estrutura androcêntrica da sociedade. A partir de suas expressões, na vida política institucional, na legislação, no Código Civil, no mercado de trabalho, nos parâmetros das políticas públicas, nas relações sociais públicas e privadas identificavam o patriarcalismo como sistema de opressão. E estabeleciam as prioridades de suas lutas e reivindicações.

Ao contemplar os valores que fundamentavam as relações de poder entre homens e mulheres, inclusive nas dimensões domésticas e familiares, acrescentavam uma dimensão de conflito que trazia desconforto entre aqueles que se situavam nas mesmas trincheiras. Aqui o *peçoal* já se tornava *político*. Todavia, e a despeito dos conflitos *geral* versus *específico*, tais discordâncias não representavam a contradição principal dos *feminismos* em São Paulo, ou no Brasil. Apesar dos procedimentos controvertidos e dos métodos antidemocráticos de ação política de alguns segmentos do movimento de mulheres, as feministas na década de 1970, em São Paulo, situavam-se hegemônica e majoritariamente no campo da esquerda.

As diferenças no movimento ocorriam por conta do maior ou menor conservadorismo em relação à maneira de encarar a questão feminina. As diferentes posições sustentadas pelos diversos matizes da esquerda organizada diante da polêmica “específico versus geral”, travada pelo movimento feminista em São Paulo e no Brasil, assentava-se na teoria e na tradição do movimento socialista e comunista internacional. Aliás, assentava-se muito mais no que se conhecia da prática do movimento do que no que havia sido produzido em termos de reflexão teórica e análise das experiências vividas pelo movimento revolucionário até então.

As militantes dos segmentos da esquerda se identificavam com variações dessa tradição que expressavam momentos diferentes da discussão e

formulações socialista e marxista sob o tema “opressão das mulheres”. Tais identificações eram móveis, na medida em que se davam em função de um complexo de fatores dinâmicos. O despertar para a questão, bem como o seu valorizar, acontecia em função de vivências a que eram expostas, de referências de todo tipo, dos embates travados e das reflexões coletivas que esses embates suscitavam.

## A mulher na teoria socialista

Passando uma rápida vista de olhos pela produção teórica, verifica-se que Marx e Engels fizeram constar a opressão da mulher em suas obras políticas e filosóficas. Engels contempla a questão da mulher com mais foco em *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Nessa obra, o autor afirma que a instauração da propriedade privada ocorreu simultaneamente à subordinação das mulheres aos homens e inaugurou as lutas de classe. Recupera a tese da historicidade da família na obra do antropólogo Morgan e acrescenta a desmistificação da família como parte da natureza humana.

Engels afirma que o aumento da produtividade do trabalho e a consequente produção do excedente econômico estimularam tanto a troca como a posse, bem como a disputa pelos bens acumulados. Quanto maior a riqueza, mais complexo o processamento das heranças. Quanto maior a distância entre campo e cidade, e maior a diferença entre produção social e produção doméstica, mais acentuada a deterioração do papel da mulher. A gestação, o parto e a amamentação que a impossibilitavam momentaneamente para o trabalho tiravam-lhe poder econômico, “naturalizavam” o poder patriarcal e submetiam-na às regras sociais estabelecidas pelos homens. Dessa forma, a esposa se submeteu ao marido, a mãe se submeteu ao pai<sup>2</sup>.

A mulher passou a dever uma fidelidade compulsória para garantia da legitimidade hereditária na transmissão dos bens. Foi levada à condição de serviçal à disposição da luxúria do homem e instrumento da reprodução. E assim separaram-se os universos privado e público. A produção doméstica ficava a cargo de cada mulher em cada família, desde que seu trabalho não extrapolasse as fronteiras do “lar”. E ao homem, provedor, correspondia o universo público.

Na *Ideologia alemã*, a instituição da família aparece associada à distribuição desigual de trabalho e de seu produto, tanto em qualidade como em quantidade, o que implica propriedade<sup>3</sup>. A primeira manifestação da propriedade, dessa forma, estaria na família, na qual mulher e crianças seriam escravas dos homens, mesmo que tal sentido de escravidão fosse ainda latente e rudimentar. A associação da opressão da mulher à origem da família e da

propriedade privada é reafirmada no *Manifesto Comunista* e serviu como base para a meta dos comunistas de abolição da família. O argumento é que a grande indústria deu novo significado à família proletária, obrigando todos os seus componentes a trabalhar em função da composição de um único orçamento, inclusive as crianças.

Em 1967, foi traduzido e publicado no Brasil o texto *Women: the longest revolution*, de Juliet Mitchell. A *New Left Review* publicara o ensaio da jovem pensadora marxista inglesa dois anos antes.

O problema da subordinação das mulheres e a necessidade de sua libertação foram reconhecidos por todos os grandes pensadores socialistas do século XIX. Faz parte da herança clássica do movimento revolucionário. Contudo, hoje, no Ocidente, o problema tornou-se elemento subsidiário, senão invisível, nas preocupações dos socialistas. Talvez nenhum outro grande tema tenha sido tão esquecido<sup>4</sup>.

De acordo com ela, o que provoca o ocaso dessa discussão no debate socialista é a debilidade do trato que os clássicos dão ao problema e a decorrente falta de solução teórica. Para provar sua hipótese, a autora faz referência a vários pensadores e às suas obras. August Bebel é um deles, com *A mulher no passado, presente e futuro*. Nesse texto, que se tornou padrão para o Partido Operário Social-Democrata alemão no começo do século XX, o autor tenta explicar por que é tão difícil até para o socialista reconhecer a dependência da mulher em relação ao homem, quando o que mais reconhece é a dependência do operário em relação ao patrão. De acordo com ele, é porque essa questão o atinge em seu íntimo de maneira mais ou menos direta. Esta abordagem “psicológica” e moralista, diz a autora, não dá concretude ao problema.

Da mesma forma, Mitchell considera o trato da questão por Fourier e pelo jovem Marx. O primeiro, reconhecido como defensor da libertação das mulheres e da liberdade sexual, afirmou que o grau de emancipação das mulheres é a medida de emancipação geral. Marx reaproveitou a ideia no texto *A sagrada família*, numa perspectiva mais universal e filosófica, mas também tão abstrata quanto a de seu antecessor. Posteriormente, em *A ideologia alemã*, analisando a família, ele considera a mulher dentro dessa estrutura, e sempre sob o enfoque da análise da economia e da evolução da propriedade. A mulher, assim, fica subsumida na instituição família. Se Bebel afirmou que a igualdade sexual era impossível fora do socialismo, nem por isso tornou menos vaga a ideia de como o socialismo resolveria a questão. Lênin, embora tenha avançado um pouco nas sugestões específicas, tampouco foi além das generalidades nas análises ou nas formulações programáticas.

Corre o risco de incorrer em anacronismo histórico quem pretender encontrar, nesses pensadores, formulações teóricas sobre temas cujas demandas não prevaleciam em seu tempo. Porém, é digno de nota encontrá-las no pensamento e nas ações das teóricas socialistas. Afinal, suas vidas e produções se aproximam mais do tempo vivido pelos citados pensadores do que dos tempos atuais, como se verá a seguir.

## **O pensamento e a ação das pensadoras socialistas sobre a condição da mulher**

O movimento revolucionário socialista, como lembra Quartim de Moraes<sup>5</sup>, contou com mulheres militantes que, além de dar importante contribuição teórica em termos de economia, como foi o caso de Rosa de Luxemburgo, também o fizeram quanto à questão da mulher, como Alexandra Kollontai. Clara Zetkin se destacou na liderança da militância voltada para as questões femininas. Dirigiu por vários anos a revista *Igualdade*, órgão do movimento feminino alemão, estimulou a formação das primeiras associações operárias femininas, bem como da associação de mulheres socialistas. Junto com Rosa de Luxemburgo, Clara Zetkin organizou a 1ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, em 1907. E ambos foram responsáveis pela redação do documento final aprovado naquele evento.

Alexandra Kollontai, russa, filha de família rica, estudiosa desde menina, teve educação privilegiada, parte dela na Suíça e na Inglaterra. Atenta às questões sociais, filiou-se ao Partido Operário Social-Democrata Russo e nele se destacou como oradora popular e escritora. Escreveu sua maior obra, *Elementos sociais da questão da mulher*, em 1909. Nesse livro recupera os escritos de Engels e de Bebel, e acrescenta dados e informações sobre a mulher na Rússia. Dialoga com o *feminismo* burguês da época, sem deixar de reconhecer coincidências de posições, como o direito de voto, a luta pela igualdade de oportunidades e de salários para igual trabalho. Mas também o critica, considerando restritas as reivindicações de medidas que facilitassem o divórcio e a separação de bens, o que não era exatamente um problema da mulher proletária. Enfrenta seus companheiros de partido ao levar grupos de mulheres socialistas militantes à participação no 1º Congresso de Mulheres de toda a Rússia, convocado pelas feministas russas daquele país. Os bolcheviques desaprovaram essa participação.

Sensível à dupla jornada de trabalho da mulher, Kollontai fala do programa de seu partido para adoção de políticas públicas que aliviassem o fardo doméstico que recaía sobre ela: favorecer o crescimento econômico de maneira a destruir a família como unidade econômica; transferir as tarefas

domésticas para o Estado e o poder local (desde que administrado democraticamente); adotar uma legislação protetora das mães e da criança, incluída aí a licença-maternidade; e transferir o cuidado com as novas gerações ao Estado democrático. Reconhece, entretanto, que esse programa só poderia ser levado a cabo pelo poder operário conquistado pela revolução.

Mas Kollontai avança nas análises e proposições. Em suas obras: *A nova moral e a classe operária*, de 1918, e *A ideologia proletária e o amor*, a autora reflete sobre as relações de amor entre homem e mulher na sociedade burguesa. Observando que a noção de amor “legítimo” ou amor “culpável” variava de acordo com os diferentes momentos históricos, afirma que tal concepção, sob hegemonia da cultura burguesa, é restritiva e egoísta, uma vez que volta suas costas ao social. E diz:

[...] a tarefa da ideologia proletária não é arrancar Eros das relações sociais, mas simplesmente de guarnece-lo com flechas de uma nova têmpera, educar o sentimento de amor entre os sexos no espírito de uma nova grande força psíquica: a solidariedade-camaradagem<sup>6</sup>.

Essas mulheres foram além da formulação teórica de seus antecessores no que dizia respeito à subordinação da mulher e enfrentaram resistência e incompreensão de seus camaradas para muitas de suas ações. Suas biografias revelam que suas contradições como mulheres eram maiores do que suas contradições de classe. Kollontai se casou por amor, teve um filho e, ao cabo de três anos, separou-se porque considerava o casamento uma “prisão”. Rosa Luxemburgo, portadora de deficiência física, com intensa militância, teve de batalhar muito para que seus companheiros a respeitassem como pensadora e teórica da economia. Ambas se apaixonaram por homens mais novos, enfrentando por isso muita incompreensão e discriminação.

Kollontai se casou pela segunda vez com um homem 17 anos mais novo. E Rosa se apaixonou pelo filho de sua amiga e companheira, Clara Zetkin, o que lhe trouxe especiais censuras e dissabores. Essas situações eram mais incomuns na época em que viveram do que nos dias atuais. E autorizam a ideia de que suas vivências as levaram a não abrir mão da militância em favor da emancipação da mulher.

Nos anos 1960, a jovem Juliet Mitchell, integrante da esquerda marxista inglesa, dedicou-se a pensar e desenvolver o tema da mulher sob a ótica da corrente à qual pertencia. Veio ao Brasil e passou por São Paulo em 1968. A efervescência política daquele ano, contudo, fez com que sua presença fosse praticamente ignorada. O recrudescimento da luta contra a ditadura não permitiu que se aproveitasse sua estada para discutir o objeto de seus estudos. E

tampouco a sensibilidade política havia sido despertada para o tema, que já era candente nos Estados Unidos e começava a despertar na Europa.

De acordo com Mitchell, quem efetivamente fez avançar a reflexão sobre a opressão da mulher no campo do socialismo heterodoxo foi Simone de Beauvoir, na sua obra *O segundo sexo*. Nela, a filósofa francesa inovou ao fazer uma interpretação psicológica das explicações econômica e biológica ou reprodutiva da subordinação da mulher. De acordo com essa interpretação, o homem se afirma como sujeito e ser livre, e se distingue dos outros animais por sua capacidade de criar e de inventar,

[...] mas tenta escapar à sua carga de liberdade dando a si mesmo uma ‘imortalidade’ espúria através de seus filhos. Domina a mulher tanto para aprisionar outra consciência que reflete a sua própria, como para lhe fornecer filhos que sejam seguramente seus [...]7.

Entretanto, tal interpretação não autoriza a conclusão de que o socialismo teria, como um de seus pressupostos, a libertação da mulher, conforme Beauvoir admitiu posteriormente.

## **Contribuição de Juliet Mitchell ao pensamento socialista sobre a condição da mulher**

É a própria Juliet Mitchell quem acrescenta considerável reflexão à questão da mulher em uma perspectiva socialista, no diálogo com o *feminismo* da década de 1960. Ela critica a teoria socialista no que diz respeito à opressão da mulher por não terem, os seus teóricos, dedicado-se a distinguir os fatores responsáveis por essa opressão. Considera necessário abdicar da abordagem do problema feita por Engels, que afirma que a causa da opressão é econômica, bem como a de Marx, que entende ser possível tratá-la como símbolo da opressão de classe. Desenvolve ela própria a ideia de que se trata de um sistema particular de opressão, do qual fazem parte diferentes elementos.

Juliet Mitchell entende que a análise da condição da mulher deve pressupor que tal condição forma uma unidade complexa de estruturas separadas em diferentes combinações. Segundo ela, cada estrutura pode se movimentar separadamente, mas sem se isolar do todo, revelando a complexidade da contradição. Para se compreender então a opressão da mulher, é necessário analisar cada aspecto dessa contradição em suas especificidades históricas, bem como a historicidade de suas possíveis combinações.

As estruturas-chave a que se refere são a *produção*, a *reprodução*, o *sexo* e a *socialização das crianças*. Então, para se compreender a condição da mulher

na atualidade, é preciso analisar cada uma dessas estruturas-chave e como elas se relacionam, ou seja, trata-se de reunir dados sobre os diferentes papéis da mulher e analisar suas interconexões.

No que se refere à *produção*, Mitchell desmitifica a justificativa da diferenciação biológica para explicar a divisão do trabalho. Divisão essa que fundamentaria a superioridade masculina. O fato é que as mulheres, por sua constituição física, são impossibilitadas apenas para determinados tipos de trabalho que demandam maior força física. Afirma que o pressuposto de que o trabalho no capitalismo incorpora significativamente a mulher no mercado de trabalho por conta da tecnologia, a qual, dessa forma, poderia libertar a mulher de sua condição de subordinação econômica, é uma meia-verdade perigosa. Se o trabalho industrial e a tecnologia automatizada acenam com a libertação da mulher (e do homem), é importante levar em conta que esses acenos não passam de precondições.

Passados mais de 40 anos depois de Mitchell ter escrito seu texto, constatamos que a incorporação da mulher como força de trabalho na grande indústria, considerada sob o parâmetro de classe social, promoveu a sobrecarga de trabalho e o rebaixamento dos salários, mais do que sua libertação. No Brasil, a maioria das mulheres operárias ou trabalhadoras do setor de serviços não reverteu sua condição subalterna no casamento, tampouco se emancipou economicamente mantendo-se solteira. E, apesar disso, muitas vezes se veem na contingência de chefiar famílias monoparentais.

Não se pode negar, entretanto, que as mulheres que contaram com melhores oportunidades de educação e formação profissional conquistaram em maior quantidade sua autonomia. Sempre relativizada, todavia, de acordo com suas situações de mães, esposas, donas de casa e trabalhadoras. Pode-se afirmar que a maioria das mulheres que exerce atividade remunerada e integra o mercado formal ou informal de trabalho no Brasil ainda tem de conciliar funções e encargos que não fazem parte do repertório de atividades ou obrigações masculinas<sup>8</sup>.

No que se refere à estrutura-chave *reprodução*, Mitchell diz que o papel social da ideologia da *maternidade e da família* tem conseguido relegar à mulher a condição de “complemento” espiritual do homem, particularmente nas sociedades capitalistas. Critica o *slogan* socialista de “abolição” da família como esvaziado de significado, uma vez que a função biológica da maternidade, fato universal e atemporal, não tem sido submetida às categorias marxistas de análise histórica. Se a mulher, por meio da maternidade, acaba se responsabilizando pela estabilidade e onipresença da família, então fica justificada a desigualdade sexual, bem como sua ausência na produção e na vida pública.



Afirma, a autora, que não é possível analisar a condição da mulher pelo viés da *reprodução* se não se questionar seu papel na família, inter-relacionando *reprodução*, *sexualidade* e a *socialização das crianças*. Efetivamente, à mulher casada não cabia escolha quanto à reprodução até o século XIX, quando foi inventado um método racional de contracepção. Desde então, esses métodos foram sendo aperfeiçoados até se chegar à pílula anticoncepcional, que finalmente torna a maternidade uma opção ou permite maior controle da mulher sobre quando, e em que condições, ter filhos, bem como quantos ter.

A *sexualidade* das mulheres tem sido um tabu sempre embutido na categoria das relações conjugais. E tem sido escondido na sua interligação com a *reprodução*. Voltando mais uma vez aos clássicos, Mitchell coloca em evidência duas das ideias de Marx sobre o casamento, escritas em textos diferentes. Na obra *A sagrada família*, ele expressa admiração pelo preceito moral que reveste o mandamento da natureza com a forma de um vínculo emocional e fundamenta a lei que controla os instintos mediante uma relação exclusiva.

No segundo texto, *A ideologia alemã*, Marx considera o casamento como sendo, sem dúvida, uma forma de propriedade privada exclusiva, e que o comunismo não seria a “comunização” das mulheres. Engels, que dedicou maior reflexão ao tema, ao comparar a poligamia com a monogamia, afirma que essa não surge como uma reconciliação que teria estabelecido a paridade nas relações entre homem e mulher. Longe disso, estabelece a subjugação de um sexo pelo outro, fazendo ver uma relação de conflito.

Mas se a autora chama atenção para os limites das análises dos pensadores marxistas quanto ao casamento, e para a omissão quanto à sexualidade, também o faz em relação ao pensamento liberal. Este critica a repressão sexual registrada nas sociedades do Ocidente sem falar da mulher. E usa equivocadamente a poligamia presente em várias sociedades do Oriente, ao longo do tempo, como argumento da liberalidade sexual. Diz a autora: “A poligamia jurídica sem limites – qualquer que seja a sexualização da cultura que a acompanha – é claramente uma anulação da autonomia da mulher, e constitui uma forma extrema de opressão”<sup>9</sup>.

Muitos estudos já se realizaram para demonstrar como o casamento nas sociedades ocidentais representou uma associação de preceito religioso com repressão sexual. No caso do catolicismo, com uma acentuada marca antifeminina herdada do judaísmo. Já sob a ótica do protestantismo, e de acordo com os valores burgueses, a instituição do casamento eleva o *status* da mulher, conferindo-lhe direitos pela condição de esposa e mãe. Tal mudança, entretanto, não inclui nenhuma alteração no caráter patriarcal, que é preservado pelo aspecto econômico da relação. E muito menos altera a condição repressiva da relação sexual. Formalmente, essa agora se estende também aos homens.

Destarte, aplica-se a racionalidade capitalista à mentalidade que estabelece a união como um contrato marital entre partes iguais. Tal qual a igualdade formal existente no contrato de trabalho nas empresas capitalistas, essa também é hipócrita, uma vez que a relação real é caracterizada pela exploração e pela desigualdade. Registra-se nova contradição: uma maior paridade formal nas relações entre homem e mulher é obtida ao preço da democratização da repressão sexual, o que cria, mas não determina, as condições para a conquista de libertação sexual para ambos os sexos.

A história dos sentimentos é outro instrumento que permite entender o enraizamento da repressão sexual às mentalidades. O componente do amor, cujo culto remonta ao século XII, foi agregado a formas maritais legais, que, obviamente, até então não pressupunham exclusividade alguma. A mulher passou a objeto do amor galanteador e tornou-se presa fácil (mais que o homem) da *paixão*. O casamento, em sua forma burguesa, adquiriu a conotação de consagração do amor romântico. E, embora tenha se tornado a tentativa de capturar a paixão por meio de uma *escolha livre para toda a vida*, não resolveu a contradição formal: “o caráter contratual voluntário do *casamento* e o caráter espontâneo incontrollável do *amor*”<sup>10</sup>. E, no último século, em um processo inversamente proporcional à liberação dos costumes, a ideia de que a paixão só ocorre uma vez na vida veio perdendo força. De tal maneira que o casamento é hoje uma instituição em flagrante crise<sup>11</sup>.

A sexualidade feminina vem saindo do limbo para se tornar objeto de estudos, de exploração comercial, de descobertas existenciais, de conflitos, de discriminação, de censura, de protesto, de denúncia e, sobretudo, de crescente domínio das interessadas. Em todo caso, sendo a sexualidade uma das estruturas-chave para se compreender a situação da mulher, e considerando que nenhuma delas pode funcionar isoladamente, por mais que se registrem mudanças nos comportamentos em relação ao sexo, isso não basta para que alterações maiores nos papéis sociais da mulher venham a ocorrer.

Importa considerar ainda que, por mais que se registrem mudanças de comportamento por parte de mulheres em relação à liberdade com que vivenciam sua sexualidade, essas mudanças ainda estão restritas a nichos sociais. E convivem com conservadorismos que vigiam, censuram e condenam o exercício livre da sexualidade daquelas que contestam o casamento como seu “destino manifesto”. Ao lado da imagem da “solteirona”, estão a da “cheia de amor pra dar”, a da “mal comida” (e por isso mal-humorada), entre outras que revelam a dificuldade no trato social da questão. E revelam também que, na maioria dos casos, se a mulher escolhe e assume um comportamento que saia dos padrões convencionais, desviando-se da condição passiva na qual é a escolhida ou preterida, a sociedade frequentemente a trata como ameaçadora.

A ideologia da maternidade vinculada à família se reinventou e se atualizou. Anteriormente as mulheres passavam vários anos de suas vidas dedicadas à gestação e à amamentação<sup>12</sup>. O recurso ao aborto, tanto mais precário e perigoso quanto mais clandestino, era uma das possibilidades de autopreservação. Mesmo sendo essa prática condenada pela moral religiosa e pela lei civil, a menor expectativa de vida em função de recorrentes complicações de saúde derivadas do excessivo uso de seus órgãos de reprodução fazia com que se recorresse a esse expediente.

Em todo caso, a ideologia criada em torno do amor materno restringia bastante essa prática. A internalização dessa ideologia fazia (e ainda faz) com que interromper uma gestação tivesse a conotação de renegar um filho. Tal situação vinha carregada de uma autocondenação difícil de sustentar para a maioria das mulheres. O peso da maternidade também exerceu papel inibidor da sexualidade. A preocupação com mais uma gravidez provocava ansiedades e inibições nas mulheres casadas em relação ao sexo. E, naturalmente, dificultava a percepção da dimensão do prazer.

A ressignificação da maternidade corre paralela à diminuição da família. À medida que se reduziu o número de filhos, aumentou a responsabilidade da mãe na socialização deles. O papel fisiológico da mãe na reprodução deu lugar ao papel sociológico da educação. A produção de novos conhecimentos na área da Psicologia contribuiu para que a família se reajustasse aos novos tempos e revolucionou a maneira de ver e tratar a criança. As teorias de Rousseau, de Freud e de seus seguidores valorizaram a infância, de tal forma que os primeiros anos de vida, desde então, foram vistos como decisivos para o desenvolvimento de sua personalidade. A popularização desse conhecimento aumentou a importância qualitativa da socialização da criança em seus primeiros anos de vida e o papel da mãe como responsável por esse processo.

A socialização das crianças, como é entendida hoje, obedece à mudança da função da família. Em sua versão reduzida, ela já não desempenha uma função significativa no sistema de produção, nem no sistema de poder político. E muito raramente funciona como único fator de integração na sociedade.

Novas teorias desenvolvidas no século XX permitem que se complemente a visão da *reprodução* e da *maternidade* com novos enfoques. A psicanálise possibilita interpretar a maternidade como uma compensação para a ausência do trabalho produtivo, de tal forma que a criança seria considerada um produto criado pela mãe, da mesma forma que um bem seria criado pelos operários. Tal visão pressupõe que um ser humano pode criar outro, e que a continuidade dessa criação justificaria o sentimento de posse dos pais em relação aos filhos. A aspiração à autonomia por parte dos filhos se confrontaria com a renúncia à própria autonomia que a mãe se impôs para se dedicar aos

filhos. Sendo a posse uma extensão do *eu*, a mãe se veria ameaçada existencialmente em sua função reprodutora.

Esta compreensão, que indica manipulação emocional dos filhos pela mãe, não altera a sujeição econômica de uns e de outra ao pai. O culto social do poder das mães sobre os filhos mascara a falta de poder socioeconômico sobre eles. Esse ângulo de visão complementa o entendimento da dinâmica da família, segundo a qual o “lar” é o lugar de descanso para o homem, o lugar de relaxamento do “guerreiro”. Enquanto este trava suas batalhas e trabalha fora de casa, a mulher se ocupa com sua função primeira, definida por sua fisiologia: a maternidade e tudo o que ela implica.

Sem desconsiderar a necessidade da atenção mais cuidadosa e inteligente à educação da criança em seus primeiros anos, cabe notar que nessa fase assiste-se a uma construção ideológica que reconduz à valorização da maternidade de uma maneira mistificada. Aproveitam-se, assim, apenas parcialmente, os aportes recentes da Psicologia à ciência da Educação. Estes consideram que a delicadeza do processo de socialização demanda justamente socializadores serenos e amadurecidos, que a família não oferece no papel da mãe. Sobretudo se ela focaliza sua existência exclusivamente na criação de seus filhos.

Mitchell retoma uma observação de Lênin a Clara Zetkin sobre a liberdade sexual, que, tomada isoladamente, pode ter servido como fundamento para as feministas de São Paulo sustentarem suas posições na década de 1970. Afirmava ele que essa reivindicação era de natureza burguesa e não passava de um exercício intelectual, já que qualquer solução geral para a exploração das mulheres só poderia ser encontrada mediante uma estratégia que envolvesse todas as estruturas que, imbricadas, destinam-se a esse fim.

Para a segunda onda do *feminismo*, entretanto, a autora observa que as duas posturas pretensamente marxistas para as lutas das mulheres levavam ao imobilismo: (1) a crítica às bandeiras levantadas (igualdade de oportunidades e de salários, luta por creches, dupla jornada de trabalho, entre outras) como *reformistas*, uma vez que não passavam de pequenas e paliativas mudanças; ou (2) a crítica ao caráter *voluntarista* das exigências, incapazes de obter apoio das massas por estarem muito à frente das possibilidades atuais, como abolição da família, liberação sexual ou separação obrigatória de pais e filhos.

## **A tradição socialista do trabalho político voltado para as mulheres**

O Segundo Congresso da III Internacional considerava que o proletariado estava às vésperas da revolução socialista. E essa posição pouco se

alterou nos demais congressos. Essa crença torna mais fácil a compreensão da necessidade do trabalho político voltado para as massas de mulheres. A orientação para que as militantes comunistas não se aliassem às “feministas burguesas” também se torna mais compreensível quando levamos em conta o contexto da, então recente, separação da II Internacional.

Foi no Terceiro Congresso da III Internacional, em junho de 1921, que aconteceu a aprovação das recomendações para o trabalho político junto às mulheres. Coincidindo com a realização do Terceiro Congresso, teve lugar a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Comunistas. Ao destacar a importância da incorporação das mulheres às lutas, o documento deixava claro que não se podia perder de vista o objetivo principal, que era a conquista do poder pelo proletariado nos países onde isso *ainda* não havia acontecido, e o estabelecimento da ditadura do proletariado naqueles em que já haviam empreendido o assalto ao poder. Afirmava também que a tarefa não se cumpriria sem “o *apoio ativo* da massa feminina do proletariado e semiproletariado”<sup>13</sup>. No entanto, dizia que as iniciativas das mulheres pela sua integral e verdadeira libertação, bem como o reconhecimento de sua completa igualdade pessoal, não seriam realizáveis sem o apoio dos partidos comunistas.

Os termos utilizados na ata do Congresso permitem perceber um reconhecimento das causas das lutas das mulheres, os limites das lutas feministas burguesas, a consideração de que as proletárias e semiproletárias eram mais facilmente manipuláveis em termos ideológicos pelos valores da família e da moral burguesa, a necessidade de se educá-las para *apoiar e colaborar* nas lutas do proletariado pela conquista do poder, sem deixar dúvidas quanto às prioridades.

Aludindo à dupla opressão feminina – a exploração econômica e a dependência familiar e doméstica –, afirmava o documento que as mulheres deviam ser chamadas a integrar a luta geral do proletariado e condenava qualquer aproximação ou colaboração com o chamado “*feminismo* burguês”. O argumento/promessa principal era que apenas o comunismo resolveria as inquietações das mulheres quanto às desigualdades que as colocavam em situação subalterna.

Esclarecia, entretanto, que tal regime *redentor* só seria alcançado após a transição socialista, caracterizada pela ditadura do proletariado. Nas recomendações para o trabalho e nas orientações para a organização dos trabalhos femininos, deixava entrever a necessidade de supervisão e acompanhamento de dirigentes homens, aludindo à inconveniência das discussões femininas desassistidas. E determinava, aos partidos comunistas, que as protegessem em seus papéis de mães e que as integrassem em todas as tarefas, inclusive às tarefas militares. Esta determinação revela incongruência entre as considerações e as orientações, que ora entendiam as mulheres

como fazendo parte do que consideravam “massa atrasada”, ora recomendavam que fossem integradas à luta até nos postos militares, entendidos como eminentemente masculinos.

A tônica dos pressupostos e diretrizes era impedir que as mulheres se pusessem ao lado das forças atrasadas e subjugadas ideologicamente à burguesia. De acordo com o documento citado, as forças do atraso eram a família burguesa e a moral religiosa cristã. Esses valores, interiorizados pela esmagadora maioria das mulheres, refletiriam sua condição de produtos inferiores e reprodutoras da ideologia burguesa<sup>14</sup>.

Não houve diferença entre as orientações da III e da IV Internacional para os trabalhos dirigidos às mulheres, uma vez que esta referendava aquela no tocante a seus quatro primeiros congressos. O *feminismo* não batia à porta da sociedade então. As militantes comunistas vinculadas às organizações políticas de inspiração trotskistas foram, dessa forma, ainda menos influenciadas pelas orientações daquela associação.

## **O trabalho político das comunistas junto às mulheres no Brasil**

No Brasil, entre os anos 1945 e 1964, foram as militantes comunistas as principais responsáveis pela organização e encaminhamento das lutas femininas. Fundaram uniões, comitês e ligas femininas em diversos municípios, mas principalmente nas grandes cidades. Em 1949, buscaram unificar o movimento com a criação da Federação das Mulheres Brasileiras, com sede no Rio de Janeiro. Esta, entretanto, não foi a única.

Essas entidades encamparam diferentes bandeiras e atuaram respeitando as condições regionais. Dessa forma, enquanto no Espírito Santo o trabalho voltava-se para “a denúncia do conteúdo nocivo das revistas em quadri-nhos para as crianças”<sup>15</sup>, no Ceará, criou-se um lactário. No Rio de Janeiro, a partir de 1958, foi feito um trabalho no campo da assistência social: cursos de trabalhos manuais para 300 mulheres, curso de puericultura e instalação de serviços assistenciais. Desenvolveram-se campanhas pela instalação de escolas públicas, obtendo-se sucesso em Manaus, Uberaba e Areia Branca, na Paraíba. Em São Paulo, no Paraná e no Rio de Janeiro elas atuavam em defesa dos direitos da criança. Já em outros estados, como Goiás, Pernambuco e também no interior do Rio de Janeiro, o trabalho se voltava mais para a conquista de direitos trabalhistas para as mulheres camponesas.

Outras bandeiras levantadas pelas entidades femininas foram à luta por salário igual para igual trabalho, a distribuição de gêneros alimentícios mais baratos pelas organizações femininas nos bairros do Rio, a defesa das famílias despejadas

nos bairros populares de Salvador, a luta pela proteção da mãe e da criança, pelo desenvolvimento da educação e da saúde pública e a promoção da paz.

A Federação de Mulheres do Brasil foi fundada com o objetivo de “coordenar e unificar a ação das mulheres brasileiras na defesa de seus direitos, dos da criança, da juventude, por um futuro melhor para os seus”<sup>16</sup>. Mas, além da pauta considerada feminina, a Federação se preocupava com – e efetivamente os realizou – trabalhos de capacitação de mulheres para divulgar a importância da participação dessa parcela da sociedade nas lutas democráticas e nas campanhas patrióticas.

Dessa maneira, elas registraram suas presenças nas grandes campanhas, como a que se deu em função do petróleo, “O petróleo é nosso”. E outras, como a que se desenvolveu em defesa da escola pública no final dos anos 1950, por ocasião da discussão da primeira Lei de Diretrizes e Bases. Junto com a União de Mulheres Universitárias, também lutaram pela reforma do Código Civil, pela revogação dos artigos que limitavam os direitos das mulheres casadas, promovendo debates e mesas-redondas com parlamentares e juristas.

Realizaram eventos como a Assembleia Nacional de Mães, que enfatizava um dos papéis sociais da mulher, bem como outros voltados especialmente para as mulheres trabalhadoras, como a Conferência Nacional de Trabalhadoras, realizada entre 18 e 20 de maio de 1956, no Rio de Janeiro, e o Encontro Nacional da Mulher Trabalhadora, que teve lugar em 1963, em São Paulo. Com apoio da Federação das Mulheres Brasileiras, a primeira abriu os trabalhos com as denúncias das discriminações. E do temário constavam a necessidade de creches, a extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras do campo, a organização de associações profissionais, a campanha para sindicalização das trabalhadoras, a participação das trabalhadoras nas direções dos sindicatos, a eliminação das discriminações, a elaboração de novas leis de proteção às trabalhadoras, entre outras reivindicações.

Por sua vez, o evento em São Paulo foi realizado em conjunto com a Juventude Operária Católica. A ênfase foi dada à reivindicação de salário igual para trabalho igual. Mas as militantes também trataram da aplicação efetiva das leis sociais e trabalhistas em defesa da mulher e do papel da mulher na sociedade e nas lutas sindicais. Dele participaram operárias de diferentes ramos da indústria, trabalhadoras rurais e algumas do setor de serviços, como escriturárias e professoras. Eram principalmente da capital do estado e dos municípios próximos.

Não faltou nesse período um órgão de comunicação caracterizado como imprensa feminina, pois havia o *Momento Feminino*, que noticiava essa movimentação de mulheres e era feito por mulheres. Interessante também registrar sua surpreendente duração: foram dez anos de existência, de 1947 a 1956.

Essa atuação de mulheres brasileiras no que se poderia considerar “vida pública”, no período entre 1945 e 1964, embora tenha acontecido com hegemonia das militantes comunistas, não seguiu exatamente as recomendações da III Internacional, que, aliás, já havia sido extinta.

A primeira onda do *feminismo burguês* no Brasil, depois de conquistado o direito de voto em 1932, havia arrefecido. Contribuiu para isso a ditadura do Getúlio Vargas, o Estado Novo. As mulheres voltaram a se organizar em 1945, com o apoio daquela que se destacou na liderança da fase anterior do movimento de mulheres na campanha pelo direito de cidadania, Bertha Lutz. Não havia dúvida quanto ao pertencimento dela aos quadros da burguesia. Nem por isso se deixava de reconhecer seu mérito na luta pela conquista do direito ao voto feminino.

As instabilidades da política, as oscilações econômicas, as alterações na condição de existência do Partido Comunista (PCB), que terminou por se dividir, conclamavam as mulheres a atuarem de maneira muito mais assistencialista do que revolucionária. A referência da tradição cultural patriarcal, machista e autoritária era muito mais forte do que poderia ser a referência política/ideológica. E, no que se referia à composição política, as alianças eram feitas com mulheres de outras organizações, burguesas ou não, mas certamente pouco “revolucionárias”, como as próprias militantes, que, não raro, aliás, eram oriundas da burguesia e da pequena burguesia.

Com um espírito pragmático, elas atuavam na vida pública e na política brasileira de maneira aguerrida e desprendida. Sem dúvida, muito contribuíram para ampliar os horizontes de inúmeras mulheres, tirando-as de seu confinamento doméstico. A atuação daquelas militantes efetivamente contribuiu para aumentar o espectro de mulheres das camadas médias e populares sensíveis e atentas aos acontecimentos políticos. Sua ação política, independentemente do reconhecimento que obtiveram de seu partido, e de elas próprias terem desenvolvido maior capacidade de análise, fez com que aumentasse a quantidade de mulheres participantes da vida pública, por meio da política.

Em todo caso, atuaram, na maioria das vezes, em sintonia com a tática e a estratégia do partido ao qual se vinculavam, uma vez que o próprio PCB, a partir de uma leitura própria do processo histórico brasileiro, preconizava a revolução burguesa como etapa do processo revolucionário. As militantes comunistas, imbuídas do “romantismo socialista”, podiam até recrutar camaradas para o partido, o que não significava aumentar as fileiras dos combatentes revolucionários.

Quanto à recomendação de incorporar as mulheres em igualdade de condições no partido e nas demais entidades nas quais atuavam, também essa não foi seguida. Prevaleceu a concepção machista e autoritária, acentuada



pela presença significativa de militares naquela agremiação. E essa concepção pode ser constatada pela desproporção crescente entre homens e mulheres à medida que se elevavam o posto e a responsabilidade na hierarquia partidária, entendimento que não era contestado pelas mulheres militantes. Não havia preocupação em se questionar o estereótipo feminino nem os papéis convencionalmente impostos à mulher pela sociedade.

Nesse sentido, por um lado, elas eram vistas e se viam de maneira idealizada e generalizada<sup>17</sup>, como mães abnegadas, como donas de casa dedicadas, como esposas laboriosas. E, por outro lado, também se atribuíam a elas características menos positivas, como a competitividade, a propensão aos comentários indevidos, a compulsão por falar, a frivolidade, a complicação de maneira geral. Mas, certamente, pesava sobre as militantes o ideário heroico da mulher corajosa, estoica, desprendida em relação ao que mais valorizava (o casamento, a família, entre outros), inteligente, racional, ousada, com desenvoltura na oratória, que não se deixava intimidar pelas situações de risco e enfrentava os adversários e os inimigos políticos destemidamente.

Em conjunto ou isoladamente, esses atributos eram valorizados e perseguidos pelas mulheres que se empenhavam na condição de militante comunista. Como exemplo, pode-se citar o feito da costureira Elisa Branco diante de uma parada militar em São Paulo, em 7 de setembro de 1950. Em vista da probabilidade do envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia, ela abriu, na frente dos militares de mais alta patente, uma faixa com os dizeres “Os soldados, nossos filhos, não irão para a Coreia”. Estava acompanhada por outras mulheres, mas o fato de ter sido apanhada com a faixa na mão lhe valeu uma condenação de quatro anos e meio de prisão. Por força de solidariedade, a pena foi cumprida parcialmente. Aquela não havia sido sua primeira prisão e não seria a última. Em função do episódio, foi agraciada com o Prêmio Internacional Stalin da Paz, no Palácio do Kremlin, em 1953.

### **A III Internacional no Centro da Mulher Brasileira - setor São Paulo**

A eclosão da segunda onda feminista, nos anos 1970, iria promover uma volta ao passado, na busca de referências para a oposição ao *feminismo*. Parcelas das militantes comunistas, organizadas principalmente no Partido Comunista do Brasil, Partido Comunista Brasileiro, no Movimento Revolucionário 8 de Outubro, retomaram as orientações da III Internacional para o trabalho feminino, contrapondo, com maior ou menor ênfase, o movimento *feminino* ao movimento *feminista*. É o que se pode confirmar em documentos partidários e obras de militantes como Ana Montenegro, pertencente aos qua-

dros do PCB. Em obra publicada em 1981, *Ser ou não ser feminista*, essa autora revela não admitir o pessoal como político.

Embora seja normal que surja, na onda da questão feminina, o tema da libertação sexual, é falso e prejudicial ao movimento de mulheres [...] inseri-lo prioritariamente na realidade feminina, dando-lhe *status* de causa. E quando se fala na articulação das mulheres, para as lutas por sua libertação como parte das lutas sociais, surge então uma teoria fragmentada, através do casuísmo, elaborada segundo experiências pessoais<sup>18</sup>.

Ela ironiza a inclusão do *corpo* na pauta feminista afirmando que, enquanto aquele era descoberto e redescoberto, ia acontecendo a despreocupação com o *sistema*. E ironiza também o *feminismo* dos anos 1960 dizendo que a visão que o exaltava como se se tratasse da etapa definitiva das lutas pela libertação da mulher expressava um estrangeirismo para a realidade nacional.

No capítulo intitulado “Enfocando aspectos essenciais do feminismo”, a autora faz uma breve referência crítica aos pensadores que considera terem contribuído mais diretamente para o surgimento da segunda onda feminista. Dessa maneira, passa por Wilhelm Reich, Herbert Marcuse, Erich Fromm, Simone de Beauvoir, observando suas ideias de que o materialismo histórico se preocupa em estudar as leis que regulam os acontecimentos sociais e menospreza as leis do comportamento dos indivíduos, descobertas pela psicanálise.

A crítica a esses pensadores é feita desde uma leitura ortodoxa e dogmática do marxismo, condenando qualquer associação entre essa doutrina e a psicanálise, uma vez que “[...] de fato para os marxistas não há um indivíduo separado da sociedade”<sup>19</sup>. Na mesma perspectiva ortodoxa, critica Juliet Mitchell através de frases descontextualizadas dessa intelectual, sem dialogar com o conjunto de suas ideias. E muito menos a considera no campo do socialismo.

A obra em questão simplifica e esquematiza quando considera que há duas formas de opressão, a material e a psicológica. A material atingiria amplas camadas exploradas da população feminina. A psicológica, identificada como problema sexual, afetaria mais as mulheres que não tinham problemas materiais de existência, isto é, as burguesas e pequeno-burguesas. Trata as diferentes classes sociais de maneira simplificada e padronizadora, como se fossem homogêneas e isentas de contradições e nuances<sup>20</sup>.

Ana Montenegro reconhece a legitimidade da primeira onda feminista em sua reivindicação de igualdade formal e jurídica da mulher. Mas o *feminismo* que ressurgiu na década de 1970 a autora considera uma radicalização que coloca as mulheres contra os homens, numa priorização das questões específicas que atingem as primeiras, à margem de todo o contexto

social. Assim considera apropriado radicalizar, ela também, na resposta e contestação a ele.

Para compreender melhor as ideias dessa veterana militante comunista, participante da movimentação de mulheres entre 1945 e 1964, é importante saber de que *lugar* ela fala. E aqui a palavra *lugar* refere-se tanto à posição política e ideológica como também à sua trajetória no exílio. Foi a primeira mulher brasileira que saiu para o exílio em 1964. Tendo vivido inicialmente no México, foi em Berlim Oriental que passou a maior parte do seu longo exílio. Lá trabalhou como redatora da Revista *Mulheres do Mundo Inteiro*, órgão da Federação Democrática Internacional de Mulheres, cuja sede se situava naquela cidade. A referida Federação, vinculada à Unesco, reunia organizações de mulheres que atuavam na perspectiva socialista da questão feminina, isto é, com uma visão utilitária e instrumentadora da mobilização de mulheres.

Ana Montenegro, anistiada, radicou-se na Bahia e se tornou uma referência importante para as ativistas comunistas e simpatizantes do movimento feminista em São Paulo. Especialmente para aquelas organizadas junto ao Centro da Mulher Brasileira, depois que as feministas dele se desligaram. Não por coincidência, as feministas que se tornaram históricas, como Regina Stella, Schuma Schumacher, Marise Egger, entre outras, deixaram de se identificar com as posições daquela entidade, e dela foram se desligando ao longo dos anos de 1980 e 1981.

A veterana militante, entretanto, não seguia as posições oficiais do PCB, definidas como “política para o trabalho com mulheres”, que eram expressas e veiculadas pela dirigente e integrante do Comitê Central, Zuleika Alambert, em diversas ocasiões, conforme se verá mais adiante. A resistência das militantes comunistas agrupadas no Centro da Mulher Brasileira em seguir a orientação da direção partidária para o trabalho junto às mulheres pode ser atribuída à luta interna desencadeada naquele partido em função de uma prolongada crise de direção.

Passaram a se digladiar os que eram acusados de *eurocomunistas* (re-visionistas) e os ortodoxos ou dogmáticos. Essas posições foram reduzidas e traduzidas no que ficou conhecido como “direitismo *versus* esquerdismo”. Entretanto, o processo era bem mais complexo do que se mostrava e havia mais do que dois lados na querela. Em São Paulo, uma direção *situacionista* tratava de afirmar sua autoridade combatendo esquerdistas, direitistas, prestistas. Sempre em nome da disciplina, não faltaram expulsões, proibições de livros e condenações por acusação de *feminismo*, “desvio” considerado intolerável, como a que se abateu sobre Marise Egger, em 1983.

Dessa forma, é possível entender por que a resolução intitulada *A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB*, apro-

vada pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, não foi aceita e muito menos acatada pelo conjunto das militantes.

## A herança da III Internacional sobre outros segmentos da esquerda

O PCdoB, força política importante na aglutinação e mobilização das mulheres da periferia nos movimentos de luta por creche e contra a carestia, junto com a Igreja e com o PCB, mostrou sua concepção de várias maneiras. Uma delas no episódio do *racha* do jornal *Brasil Mulher*, quando suas militantes, junto com as de outras organizações de esquerda, isolaram Joana Lopes e o grupo fundador do jornal, que acabou por sair. Isso por considerá-las com fortes tendências feministas. O PCdoB e as outras forças políticas que conquistaram o controle do jornal o fizeram para garantir que não se desviasse o foco das questões colocadas pela luta democrática, tratadas no jornal, para as questões específicas não ligadas ao trabalho da mulher.

As ideias de Ana Montenegro também serviram de inspiração para o documento *A mulher e a revolução brasileira, do MR8 – Resoluções do ativo sobre o trabalho entre as mulheres*, realizado em outubro de 1980 e publicado pela Editora Quilombo em janeiro de 1981. Esse documento, em uma linguagem mais agressiva, apresenta uma versão maniqueísta da luta de classes entre proletários e burgueses como sendo a luta do *bem* contra o *mal*<sup>21</sup>.

Todavia, manifesta menosprezo pelo movimento popular de mulheres abrigado e incentivado pela Igreja Católica, que teve lugar ao longo da década de 1970, ao ignorá-lo. Revela ainda desconsideração em relação aos estudos e às teorias quando declara guerra à autonomia do movimento, defendida pelas feministas. Tal autonomia, de acordo com o documento, não tem nada a ver com o *verdadeiro feminismo* (que é o da proletária) e obtém como resultado o enfraquecimento da luta da mulher por seus direitos e a divisão do proletariado na luta sindical e política.

O documento se coloca contra as organizações que aglutinavam exclusivamente mulheres, porque as entidades representativas, como as estudantis, as sindicais e o PMDB já existiam e eram capazes de canalizar “o anseio de participação das amplas massas femininas”. Além da visão instrumental das lutas femininas, expressam a convicção de que as mulheres não são capazes de levar suas lutas sem a proteção dos homens.

As mulheres sentem que seus principais problemas [...] são os que sofrem em comum com os homens de nosso povo: os baixos salários, as péssimas

condições de vida, a falta de liberdade etc. Ao mesmo tempo, o esmagamento secular que pesa sobre a mulher e que entrava sua participação na vida social e política, faz com que intuitivamente não se sinta confiante para sustentar mobilizações de vulto em torno de bandeiras específicas, isoladas da massa dos homens trabalhadores.<sup>22</sup> (MASSOCA, 1981, p. 26)

## O *feminismo* alcança as militantes do PCB no exílio

Zuleika Alambert, integrante do Comitê Central do PCB, exilou-se no Chile e depois seguiu para Paris. Após ter trabalhado para a organização de mulheres brasileiras no Chile, dentro dos moldes tradicionais socialistas, quando foi para Paris, teve chance de reexaminar suas convicções. Fundou inicialmente o grupo de estudos que recebeu o nome Grupo de Mulheres Brasileiras em Paris, juntamente com outras intelectuais. Com o objetivo de estudar os clássicos do socialismo, esse grupo resistiu um pouco a dialogar com as novas ideias feministas, mas, exposto ao convívio com o Movimento de Libertação Feminina (MLF), não pôde se furtar a reconsiderar suas posições<sup>23</sup>.

Os documentos produzidos pela Seção Feminina do PCB desde então revelam a aproximação em relação ao *feminismo*. No documento de 1975, consta a referência à fundação do Grupo de Mulheres Brasileiras em Paris, indicando que já era tempo de se ocupar com a questão feminina desde outra ótica. E tomaram-se algumas premissas como base do trabalho novo na França: o trabalho feminino é específico e exige estudos concretos e organizações de mulheres que permitam aprofundar o problema e propor soluções no quadro da luta de classes.

No documento de 1978, são analisados os temas tratados no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris: 1. Diferença entre opressão e exploração; 2. Autonomia do movimento feminino; 3. Ideia da superioridade do homem em relação à mulher; 4. Família; 5. Necessidade de coerência entre a posição política dos militantes de esquerda e seu comportamento na vida privada; 6. Sexualidade. Consideram a diferenciação entre opressão e exploração feita pelas integrantes do Círculo. A primeira se aplicaria às mulheres por parte dos homens, independentemente da classe a que pertencessem, e se verificaria por meio da superioridade e dos privilégios masculinos. E a segunda, a exploração, se aplicaria de uma classe a outra, independentemente do sexo. Propunham então uma solidariedade ou irmandade feminina que unisse todas as mulheres. As comunistas incorporaram a ideia de opressão e da irmandade, mas criticaram a desconsideração da exploração de classe que muitas vezes contrapunham as mulheres<sup>24</sup>.

## O PCB adere ao *feminismo*?

A análise do documento *A condição da mulher no Brasil e a luta para transformá-la: visão e política do PCB*, resolução aprovada, ainda no exílio, pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, permite constatar tanto a distância que a visão partidária para o trabalho feminino toma em relação à III Internacional como as resistências encontradas na aproximação com as teses feministas.

Dessa maneira, em vários momentos do referido documento encontram-se nítidas influências das ideias feministas. Condenam-se como preconceito e como ideias retrógradas as conclusões que levam à “natureza feminina” para justificar a inferioridade das mulheres no mundo do trabalho. Considera-se que, por mais que se admita a incidência do condicionamento secular, que faz com que as mulheres, muitas vezes, intimidem-se diante da participação na produção social, sua condição subalterna não se justifica. Encontram razões para essa desigualdade na conjugação de fatores, como orientação escolar e familiar carregada de preconceitos quanto aos papéis que cabem a cada um dos sexos; inadequação da formação profissional, entre outros. Também na análise da maternidade como função social se nota a aproximação com o feminismo “[...] se, por questões biológicas, coube à mulher o papel principal na reprodução da espécie, isso não significa que a ela, somente, caiba a responsabilidade pela educação e cuidado dos filhos”<sup>25</sup>. Essa concepção leva à paternidade e à maternidade conscientes e responsáveis, que devem ser amparadas por política pública de planejamento familiar. Leva também à demanda conjunta de equipamentos sociais que façam com que a sociedade se ocupe e se responsabilize igualmente pelas crianças, possibilitando uma maior participação das mães na vida ativa do país. Aparece também no documento uma tímida incorporação do conceito de patriarcado, tão caro ao *feminismo*, quando analisa a estrutura familiar brasileira. Considera que suas relações são baseadas na hierarquia e no autoritarismo patriarcal do chefe, a quem estão subordinados a mulher e os filhos<sup>26</sup>.

Aparece melhor a apropriação desse conceito na fala de Zuleika Alambert, em palestra proferida em dezembro de 1979, em evento organizado pela Associação das Mulheres.

O que todas nós juntas aqui queremos é sair do gueto em que nos ilharam historicamente; ocupar na sociedade o lugar que nos cabe; ganhar uma fisio-nomia nova, própria, como seres pensantes e como tais criativos. O que desejamos é mostrar que valemos pelo que somos individualmente, com nossas qualidades e defeitos, e não porque somos uma imagem, um reflexo do pai, do irmão ou do marido com quem vivemos. Queremos é aparecer na socie-

dade com força e luz própria e todos esses querereres só podem nos unir, nos irmanar, nos tornar elos de uma mesma corrente, afluentes de um mesmo rio, independentemente da classe da qual somos oriundas. E essa unidade se forja entre nós pelo fato de sermos mulheres e, como tal, seres esmagados e oprimidos dentro de uma sociedade feita e organizada para o homem<sup>27</sup>.

Voltando à resolução, observa-se que reconhece a diferença entre movimento de mulheres e movimento feminista, atribuindo a este o papel de vanguarda, uma vez que se define como amplo, democrático, extrapolando as fronteiras de classe e reunindo mulheres em suas múltiplas formas de organização, buscando os mesmos objetivos maiores: transformação das condições de vida das mulheres, sua libertação e emancipação. Enfatizando seu caráter plural e a especificidade da questão da mulher, reafirma a sua necessária autonomia, condição que deve ser respeitada pelos partidos que nele atuam.

Na plataforma de luta pela igualdade de direitos da mulher, cuja versão atualizada em abril de 1982 foi publicada junto com o documento analisado, há uma breve referência ao direito da mulher sobre o próprio corpo. E no próprio documento, outra menção à sexualidade, quando afirma que

[...] será através do exame crítico de seu dia a dia (o trabalho doméstico, a maternidade, a criação dos filhos, a vida conjugal, sua sexualidade, os problemas do bairro) [...] que a mulher ganhará consciência de sua real situação dentro da sociedade e energias para lutar contra ela<sup>28</sup>.

As militantes que participaram da elaboração do documento, posteriormente aprovado pelo Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas, lembram-se que havia resistências, mesmo entre elas, com relação à bandeira da sexualidade<sup>29</sup>. Consideravam-na uma questão burguesa. Para o senso comum no Brasil, o sexo era tabu, além de alvo de preconceito e moralismo, o que se refletia no conjunto dos militantes do PCB. Essa situação se tornava mais delicada ao se considerar o conflito de gerações em tempos de mudanças tão radicais de valores nas décadas de 1960 e 1970. Se, para o *feminismo* francês, a posse do corpo e o domínio da própria sexualidade eram pontos de honra, no Brasil ainda representavam o limite das lutas feministas. Esse tema esbarrava no conservadorismo e causava polêmica<sup>30</sup>.

## Autocrítica?

Digna de nota é a autocrítica que o documento registra ao afirmar que, por incompreensão da dimensão da opressão feminina e subestimação do papel da mulher na sociedade, o partido não havia dado a devida atenção

à questão. Pela mesma razão, havia encarado com sectarismo o trabalho de massas junto às mulheres.

Afastamos dele os melhores quadros, por serem “bons demais” para o trabalho feminino. As demais foram relegadas às tarefas de infraestrutura do coletivo (tesoureiras, caseiras, tradutoras, datilógrafas) ou permaneceram simples donas de casa, a pretexto de constituírem a retaguarda de seus maridos e filhos. O machismo, o paternalismo, o patriarcalismo milenares refletiram-se em nossa concepção sobre o papel da mulher na sociedade, o que levou à subestimação de suas potencialidades políticas e à aceitação da velha divisão de trabalho por sexo também dentro do Coletivo<sup>31</sup>.

Sem negar a importância do trabalho realizado pelas militantes com as mulheres, entre 1945 e 1964, foi feita, no entanto, a ressalva de que aquele era tratado de uma perspectiva instrumentalista, isto é, nunca voltando sua reflexão e seu olhar para a condição da mulher, e sim referendando sempre as lutas gerais.

As contradições pessoais e políticas das comunistas nem sempre as levaram à adesão ao *Feminismo*. Tal adesão parece ter exigido um enfrentamento pessoal mais profundo das suas convicções ideológicas. Significava sair completamente das suas zonas de conforto para reexaminar valores, rever e refazer escolhas, posturas, costumes, comportamentos... Significava fazer transformações que demandavam enorme esforço e disposição para revolucionar a própria vida e a vida dos que lhes eram mais próximos. Nem todas as comunistas se dispuseram a empreender essa revolução. Algumas, que inicialmente resistiram à novidade que o feminismo trazia, posteriormente preferiram a condição de simpatizantes. Estabeleceram um vínculo mais tênue com o movimento por meio da defesa de uma ou outra bandeira do feminismo, sem maiores compromissos. Outras se opuseram de maneira aguerrida, combatendo qualquer discurso ou postura que pusessem em questão suas verdades conservadoras.

A revolução que o *Feminismo* incitava também colocava em cheque o próprio conceito de revolução que muitas haviam abraçado na perspectiva da luta pelo socialismo. Embora essa luta tenha implicado muitas vezes sacrifício pessoal, a revolução proletária no Brasil nunca chegou a acontecer, portanto nunca promoveu nenhuma transformação radical em termos políticos, econômicos e/ou sociais. Ficava dessa maneira no ar a pergunta: o que significava exatamente ter sido ou continuar sendo uma revolucionária?

## RESUMO

---

Este artigo analisa os estranhamentos e as aproximações das militantes comunistas com o feminismo, tanto nas formulações teóricas quanto em suas



práticas políticas, em diferentes momentos históricos. O texto procura contemplar as contradições enfrentadas pelas comunistas em relação a diversos fatores que marcaram suas formações políticas e ideológicas. Suas reações, rejeições, reflexões e, em alguns casos, adesões ao novo conjunto de ideias que o feminismo representava aconteciam de acordo com a maneira com que vivenciavam suas contradições.

## PALAVRAS-CHAVE

Mulheres comunistas; mulheres na teoria socialista; feminismo.

*Communist women and the feminism.*

## ABSTRACT

This article analyzes the strangeness and rapprochements of female communist militants with Feminism, with both theoretical formulations and political practices, in different historical moments. The text seeks to address the contradictions faced by Communist women in relation to several factors that have marked their political and ideological formations. Their reactions, rejections, and reflections, and in some cases adhesions to the new set of ideas that represented Feminism happened in accordance to the way they experienced their contradictions.

## KEYWORDS

Women communists; women in socialist theory; Feminism.

## NOTAS

<sup>1</sup> Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Docente do College of New Rochelle – New York, na condição de Fulbright Scholar. O artigo foi desenvolvido com base em capítulo da tese orientada pelo prof. livre-docente Wilson do Nascimento Barbosa: RIBEIRO, Maria Rosa Dória. *Relações de poder no feminismo paulista – 1975 a 1981*. Tese (doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Contato da autora: miarosaster@gmail.com.

<sup>2</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. *Vinte anos de feminismo*. Tese de livre-docência. 1996. Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – IFCH, da Universidade Estadual de Campinas.

<sup>3</sup> *Idem*.

<sup>4</sup> MITCHELL, Juliet. “Mulheres, a revolução mais longa”. *Revista Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 6, jul. 1967.

<sup>5</sup> NEHRING, Maria Lygia Quartim de Moraes. *Família e feminismo: reflexões sobre papéis femininos na imprensa para mulheres*. Tese (Doutorado em Ciências Políticas), Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP, São Paulo, 1981.

<sup>6</sup> NEHRING, M. *Op. cit.*, p. 26.

<sup>7</sup> MITCHELL, J. *Op. cit.*, p. 11.

<sup>8</sup> “[...] 96% das mulheres trabalhadoras arcam sozinhas com a orientação e a execução dos afazeres domésticos.” PORTO, Marta. “Em busca de kairós”. In: VENTURI, Gustavo; RECAMÁN, Marisol; OLIVEIRA, Suely (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

<sup>9</sup> MITCHELL, J. *Op. cit.*, p. 22.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p. 24.

<sup>11</sup> Embora o texto de Mitchell seja bastante datado e escrito há mais de 40 anos, ela observa um processo que, desde então, só aumentou em quantidade e em qualidade. Trata-se do questionamento de valores e da mudança de atitudes em relação à ética das relações sexuais até então vigentes: a virgindade, a fidelidade, o sentimento de posse e o controle exercidos mutuamente, o “para sempre”, entre outros.

<sup>12</sup> Embora Mitchell tenha ilustrado essa afirmação com dados comparados entre 1890 e 1960 na Inglaterra, é possível carregar tal afirmação para o Brasil na comparação de dados entre meados dos anos 1950, quando a média do número de filhos era bem maior, e os primeiros anos do século XXI. MITCHELL, J. *Op. cit.*

<sup>13</sup> Cf.: Atas do primeiro, segundo, terceiro e quarto congressos da III Internacional, p. 101. Disponível em: <[www.scribd.com/doc/18977242/Atas-do-primeiro-segundo-terceiro-e-quarto-congresso-da-Terceira-Internacional](http://www.scribd.com/doc/18977242/Atas-do-primeiro-segundo-terceiro-e-quarto-congresso-da-Terceira-Internacional)>. Acesso em: 31 out. 2010.

<sup>14</sup> Nas considerações feitas pelo Congresso quanto às condições das mulheres, aparece: “b. A grande passividade e o estado de atraso político das massas femininas, *defeitos* explicáveis pelo distanciamento secular da mulher da vida social e por sua escravidão na família” [grifo nosso]. Cf.: Atas do primeiro, segundo, terceiro e quarto congressos da III Internacional. p. 102. Disponível em: <[www.scribd.com/doc/18977242/Atas-do-primeiro-segundo-terceiro-e-quarto-congresso-da-Terceira-Internacional](http://www.scribd.com/doc/18977242/Atas-do-primeiro-segundo-terceiro-e-quarto-congresso-da-Terceira-Internacional)>. Acesso em: 31 out. 2010.

<sup>15</sup> MONTENEGRO, Ana. “Ser ou não ser feminista”. *Cadernos Guararapes*, Recife, n. 3, 1981.

<sup>16</sup> MONTENEGRO, A. *Op. cit.*, p. 68.

<sup>17</sup> “A mulher brasileira é profundamente sentimental. Ama sua família, ama seus filhos e é capaz de dar provas de abnegação e amor. Além disso é uma criatura alegre e gosta de coisas bonitas. Poucas são as casas de favela, de mocambos, cortiços ou casa de cômodos que, apesar da pobreza, não ostentam um vaso de flores, uma toalhinha bordada. A mulher trabalhadora quer casar, ter filhos e um lar.” Excerto do informe sobre o primeiro ponto da Ordem do Dia da Conferência Nacional de Trabalhadoras, realizada no Rio de Janeiro, de 18 a 20 de maio de 1956. MONTENEGRO, A. *Op. cit.*.

<sup>18</sup> MONTENEGRO, A. *Op. cit.*, p. 48.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 34.

<sup>20</sup> “Nas classes dominantes ou nas camadas médias e da pequena burguesia, o ma-

chismo, em geral, tem um efeito muito mais individual; pode não ter as consequências de transformar as mulheres em mão de obra mais barata e marginal, mas assim mesmo, à medida que cresce a participação da mulher de todas as camadas na produção social, de qualquer forma ele a discrimina. [...] No entanto, como o problema não se apresenta, para essas camadas sociais, tão tragicamente agudo, e como as implicações são mais de ordem familiar e individual, elas o consideram limitado ao sexo, e vêm justamente dessas camadas os movimentos feministas.” (MONTENEGRO, Ana. *Op. cit.*, p. 59-60).

<sup>21</sup> “[...] A situação de cada mulher é determinada por dois fatores: sua classe, que é o principal, e seu sexo [...]. No caso da mulher trabalhadora, como vimos, ela amarga dupla opressão. Sofre os tormentos que são comuns à sua classe, mas sua situação é ainda agravada pela opressão de que é vítima enquanto mulher. No caso da mulher burguesa, sua situação é outra. [...] Enquanto membro da classe burguesa, compartilha os privilégios de sua classe e está interessada em manter a exploração e a opressão das massas trabalhadoras [...]” MASSOCA, Paulo (Ed.). *MR8: resoluções sobre o trabalho entre as mulheres*. São Paulo: Quilombo, 1981, p. 15.

<sup>22</sup> MASSOCA, P. (Ed.). *Op. cit.*, p. 26.

<sup>23</sup> Essa autora dedica sua obra *Feminismo, o ponto de vista marxista* “às companheiras e amigas feministas brasileiras junto às quais vivi durante o longo exílio [...] Sem elas, com suas opiniões críticas, ideias e sugestões; sem elas, com suas lutas criadoras, eu jamais teria sido sacudida até os alicerces de minhas concepções dogmáticas e reunido forças suficientes para colocar no papel as reflexões que exponho neste livro”. (Grifo nosso.) ALAMBERT, Zuleika. *Feminismo, o ponto de vista marxista*. São Paulo: Nobel, 1985, p. VI.

<sup>24</sup> “Temas que aparecem no Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris e sobre os quais devemos elaborar uma posição”. Documentos do Partido Comunista Brasileiro, fevereiro de 1978.

<sup>25</sup> Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas. *Os comunistas e a questão da mulher*. São Paulo: Cerifa/Novos Rumos, 1982, p. 28-29.

<sup>26</sup> Quando o documento foi escrito ainda vigorava o antigo Código Civil Brasileiro, com muitos artigos, especialmente os concernentes ao Direito da Família, que consagravam a inferioridade da mulher.

<sup>27</sup> ALAMBERT, Zuleika. *A situação e organização da mulher*. São Paulo: Global, 1980, p. 24.

<sup>28</sup> Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas. *Op. cit.*, p. 73.

<sup>29</sup> Ruth Tegen, em entrevista por telefone realizada em novembro/dezembro de 2010.

<sup>30</sup> Um exemplo disso foi a absolvição de Doca Street no julgamento pelo assassinato de sua mulher, Angela Diniz, em 1979. Esse caso ficou famoso pelo fato de a defesa ter alegado a “legítima defesa da honra”, com base no Código Civil Brasileiro.

<sup>31</sup> Coletivo Nacional de Dirigentes Comunistas. *Op. cit.*, p. 63-64.